

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 21/02/2020.

UNESP  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

JOZIMARA ASSUNÇÃO CAMILO ALVES

**DIREITOS HUMANOS NAS POLÍTICAS
PÚBLICAS EDUCACIONAIS: as falas da gestão sobre
gênero e sexualidade**



ARARAQUARA – S.P.
2018

JOZIMARA ASSUNÇÃO CAMILO ALVES

**DIREITOS HUMANOS NAS POLÍTICAS
PÚBLICAS EDUCACIONAIS: as falas da gestão sobre
gênero e sexualidade**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

Linha de pesquisa:

Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores.

Orientadora: Profa. Dra. Célia Regina Rossi

ARARAQUARA – S.P.
2018

Alves, Jozimara Assunção Camilo

DIREITOS HUMANOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS
EDUCACIONAIS: as falas da gestão sobre gênero e
sexualidade / Jozimara Assunção Camilo Alves – 2018
173 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação
Sexual) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de
Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras
(Campus Araraquara)

Orientador: Célia Regina Rossi

1. Direitos Humanos. 2. Educação. 3. Gênero. 4.
Políticas Públicas. 5. Sexualidade. I. Título.

JOZIMARA ASSUNÇÃO CAMILO ALVES

DIREITOS HUMANOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: as falas da gestão sobre gênero e sexualidade

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

Linha de pesquisa:

Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores.

Orientadora: Profa. Dra. Célia Regina Rossi

Data da defesa: 21/02/2018

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Professora Doutora Célia Regina Rossi

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Rio Claro.

Membro Titular: Professora Doutora Isabela Custódio Talora Bozzini

Universidade Federal de São Carlos – Campus Araras.

Membro Titular: Professora Doutora Andreza Castro Leão

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Araraquara.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Aos meus amores,
Norival, Wanda e Janine.

AGRADECIMENTOS

À minha maior saudade: meu Pai, Sr. Norival Camilo Alves.

Agradeço primeiramente à minha família, que nesses últimos anos tem se resumido à mulher mais forte e digna que tive o prazer de conhecer: a Dona Wanda Camilo, minha mãe, razão pela qual ainda estou correndo atrás de meus sonhos, quem me ensinou que a felicidade vem em primeiro lugar.

Minha felicidade que está ligada ao maior encontro de minha vida, a companheira de jornada Janine Cristina dos Santos, quem me acolheu e incentivou nos momentos mais difíceis e tortuosos, sempre me apoiando ou chorando comigo quando necessário.

Não posso deixar de agradecer minha querida orientadora Célia Regina Rossi, pelo suporte nesta aventura chamada mestrado.

Este não seria o mesmo sem a companhia e apoio dos amigos que conquistei neste processo, agradeço em especial à querida Karin, pelo abrigo e carinho, por me mostrar que generosidade não está fora de moda.

Às queridas Fernanda, Drielly, Elânia, Sylvia, Denise, Evelaine e Rita, pelo carinho, ombro e ouvidos nos momentos de desespero com trabalhos, problemas pessoais e risadas, muitas risadas. À querida Silvanie pelas orientações, conversas e por ser minha companhia nas cervejas da solidão.

Não posso deixar de mencionar meus meninos queridos João Paulo, Junior, Vitor e Volpe, pelas conversas, discussões, debates e encorajamento.

Por fim, quero agradecer aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação Sexual, que me ajudaram a nomear minhas incomodações acerca de gênero e sexualidade, abrindo novos horizontes e me enchendo de questionamentos.

Muito Obrigada!

“Não posso ser professora se não percebo cada vez melhor que, por não ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo [...] Sou professora a favor de luta constante contra qualquer forma de discriminação [...]”.

Paulo Freire (2002, p.115)

Resumo

Esta pesquisa se debruçou em poder entender, refletir, buscar nos referenciais bibliográficos, assim como pesquisar quais são as políticas públicas educacionais voltadas para Direitos Humanos: cidadania, sexualidade e gênero, a partir da homologação da Lei de Diretrizes e Bases em 1996. Nossos objetivos ao pesquisar foram: investigar as políticas públicas educacionais no que tange aos Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade e se há reflexos das mesmas dentro das escolas públicas, a partir dos discursos da gestão educacional. A pesquisa se enveredou em analisar as falas de equipes de gestores escolares sobre as políticas educacionais voltadas à temática dos Direitos Humanos, com foco em gênero e sexualidade. Entende-se que a forma como a escola é gerida pode (ou não) levar as práticas pedagógicas à produção e reprodução de desigualdades, pois em suas normas, métodos e na própria estrutura física da escola pode ocorrer a naturalização dessas relações desiguais presentes na sociedade e referendadas pelas instituições escolares, quando essa aponta modelos e delimita os espaços dos/a estudantes. Este estudo pretendeu dialogar com equipes gestoras do Ensino Fundamental de escolas públicas municipais, ciclo I, do interior paulista. As falas foram coletadas em entrevistas semiestruturadas com gestoras em três escolas, buscando nessas referências como a instituição que elas gerem atuam e (re)constroem os temas de sexualidade, gênero e a promoção de direitos dentro da instituição escolar. No decorrer da pesquisa compreendemos que ainda falta no ambiente escolar a discussão acerca de gênero e sexualidade, principalmente a partir da figura dos/as gestores/as, que no caso específico das participantes não conhecem a temática e as suas políticas, o que resulta na falta de um trabalho efetivo nas escolas com as quais entramos em contato.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Educação, Gênero, Políticas Públicas, Sexualidade.

Abstract

This research looked over being able to understand and research which are the public educational policies focused on Citizenship (Human Rights) Sexuality and Gender, from the approval of LDB (1996). Aiming as goals: to investigate public educational statements about Human Rights, Gender and Sexuality. Plus, to check if there are reflections of those within the schools, from the educational management's speeches. Also, to analyze the speeches of teams of school managers about educational policies, aiming to promote Human Rights Education focusing on gender and sexuality. Understanding that the way the school is managed may lead to a reflection of its pedagogical practices which can produce and reproduce inequalities, since in its norms, methods and in the physical structure of the school itself, there may occur the naturalization of these unequal relations present in society, when one points out models, delimits spaces and reaffirms what each individual can or not according to the hierarchical system. This study aims to discuss with the management teams of the Elementary Schools, in the first cycle of education, on municipal schools of the inner cities of São Paulo. The speeches were collected in semi structured interviews with the managers, in three schools, complementing the analysis of the documents that guide the school praxis, focusing in these references on sexuality and gender and the promotion of rights within the school.

Keywords: Education, Human Rights, Gender, Public Policies, Sexuality.

Résumé

Cette étude a comme but comprendre comment sont développées des politiques publiques d'éducation à la citoyenneté (droits de l'homme), la sexualité et le genre puis l'approbation de LDB (1996). De cette façon, l'objectif de ce travail est rechercher les répercussions des politiques publiques sur les droits de l'homme, le genre et la sexualité dans l'éducation et aussi l'effectuation dans la pratique de l'enseignement. De plus, un point essentiel est faire une analyse des politiques éducatives et pédagogiques pour encourager l'éducation focalisée sur les droits de l'homme, le genre et la sexualité. Il faut aussi comprendre le discours des personnels de direction sur le genre et la sexualité dans l'école. Quand nous parlons de la direction d'une école, il est possible conduire le débat à une réflexion sur comment les pratiques pédagogiques sont responsables pour produire et reproduire les inégalités, parce que les règles, les méthodes et la structure physique de l'école peuvent produire la naturalisation de ces relation inégales actuelles au sein de notre société. Les écoles peuvent réduire les espaces physiques et aussi réaffirmer tous les jours ce que chaque individu peut faire ou ne pas en fonction du système hiérarchique, et ce sont cetttes situations qui peuvent certifier les inégalités parmi les relations scolaires. Cette étude a l'intention de discuter avec les personnels de direction de base au Brésil et utiliser leurs discours pour interpréter comment le sujet des droits de l'homme est entendu par l'école. Les discours seront recueillies au cours d'une recherche qualitative, dans trois écoles, avec l'analyse des documents, et aussi guides pour aider la pratique de l'enseignement. Il y aura quand-même les entrevues avec les personnels de direction des écoles pour obtenir, dans le banque de données, connaissance sur la législation et la base théorique pour travailler sur les questions relatives à la sexualité et le genre, aussi comme l'expansion des droits de l'homme dans l'école.

Mots-clés: Éducation, Politiques Publiques, Droits de l'homme, Genre, Sexualité.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Informações iniciais das participantes.	92
Quadro 2	Dados gerais das escolas.	94
Quadro 3	Categorias de análise.	97
Quadro 4	Análise da primeira categoria – Formação Pessoal e Profissional.	98
Quadro 5	Análise da segunda categoria – Políticas Públicas.	101
Quadro 6	Análise da terceira categoria – Atuação da gestão.	101
Quadro 7	Análise da quarta categoria – Documentação das escolas.	111
Quadro 8	Análise da quinta categoria – Direitos Humanos.	113
Quadro 9	Análise da sexta categoria – Gênero.	114
Quadro 10	Análise da sétima categoria – Sexualidade.	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFAM	Centro de Formação para o Magistério.
DH	Direitos Humanos.
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos.
EUA	Estados Unidos da América.
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases.
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis.
MEC	Ministério da Educação.
NUDHUC	Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania.
OIT	Organização Internacional do Trabalho.
ONG	Organização Não Governamental.
ONU	Organização das Nações Unidas.
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais.
PME	Plano Municipal de Educação.
PNDH	Programa Nacional de direitos Humanos.
PNE	Plano Nacional de Educação.
PNEDH	Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos.
PPP	Projeto Político-Pedagógico.
SMS	Secretaria Municipal de Saúde.
UBS	Unidade Básica de Saúde.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

UNESP

Universidade Estadual Paulista.

UNICEF

Fundos das Nações Unidas para a Infância.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	18
1 DIREITOS HUMANOS: UMA INTRODUÇÃO HISTÓRICA.....	21
1.1 A questão de Direitos e Cidadania na Antiguidade e Idade Média	21
1.1.1 Primeira Geração dos Direitos Humanos: um contexto histórico	27
1.1.2 Segunda Geração dos Direitos humanos	32
1.2 Declaração Universal dos Direitos Humanos e as Políticas Educacionais	35
1.2.1 Declaração Universal dos Direitos Humanos e Democracia	35
1.2.2 Educação em Direitos Humanos	41
1.2.3 Políticas Públicas Educacionais e Direitos Humanos	44
2 VAMOS DEBATER GÊNERO E SEXUALIDADE?	53
2.1 Gênero uma perspectiva histórica	53
2.2 Quanto a “Ideologia de gênero?	65
2.2.1 Crescente conservadorismo	71
2.3 A sexualidade tem história.....	78
3 METODOLOGIA.....	90
3.1 Análises preliminares das entrevistas	92
3.1.1 Participantes	92
3.1.2 Local de pesquisa	94
3.2 Tratamento dos dados	95
3.2.1 Análise das Categorias.....	99
3.3Análise documental	121
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICES	139
APÊNDICE A – Roteiro das entrevistas.....	140
APÊNDICE B – Carta de apresentação	142

APÊNDICE C – Termo de autorização da pesquisa na escola	143
APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido	144
APÊNDICE E - Transcrição 1.....	146
APÊNDICE F - Transcrição 2	153
APÊNDICE G -Transcrição 3	157
APÊNDICE H -Transcrição 4	163
APÊNDICE I - Transcrição 5	168

INTRODUÇÃO

O tema proposto para este projeto foi motivado pelas experiências durante o desenvolvimento da pesquisa de iniciação científica, realizada ao final da graduação em Pedagogia no ano de 2010. Nela observamos e analisamos as representações de crianças do 5º ano do Ensino Fundamental sobre relações de gênero, na qual constatamos que os preconceitos e desigualdades de tratamento entre as crianças eram um reflexo da postura das pessoas adultas em seu entorno, incluindo também gestores e docentes, bem como a forma como eram abordados tais temas na escola e, na maior parte das vezes, pontuados ou organizados pela gestão escolar.

A partir desses resultados surgiu o interesse em pesquisar como a gestão escolar entende a temática de Direitos Humanos, com foco em gênero e sexualidade e tudo o que faz parte dessa temática. Assim, este projeto de pesquisa estabeleceu um diálogo com a equipe gestora de três escolas do Ensino Fundamental I da rede pública de ensino Municipal de duas cidades do interior paulista, buscando por meio de entrevistas e análise dos documentos oficiais compreender e analisar as falas das¹ participantes sobre os temas e o reflexo dos mesmos em suas práticas, como gestoras de instituições escolares.

Temos nas instituições escolares uma das mais importantes instituições sociais, mas nela também podemos observar a naturalização das relações presentes na sociedade, apontando modelos, delimitando os espaços e reafirmando por meio de relações de poder o que cada indivíduo pode ou não fazer segundo seu sistema hierarquizado, usando de suas normas, métodos e de sua própria estrutura física para tanto. Assim como também *achismos* que são levados para dentro e multiplicados naturalmente.

¹ Usaremos a generalização no feminino sempre que nos referirmos às participantes, logo que todas são mulheres. (Nota das autoras)

É de suma importância na contemporaneidade trabalhar com essas temáticas, focando assim na promoção da cidadania (Direitos Humanos, Gênero e Sexualidades), dando visibilidade a conceitos que têm pouco espaço de discussão dentro da escola, nas suas reflexões e suas práticas.

O problema de pesquisa foi pensado a partir das seguintes questões: Qual a compreensão das/os gestoras e gestores que atuam em instituições escolares públicas sobre Direitos Humanos, Gênero e Sexualidades? Conhecem e sabem como atuar com as políticas públicas dessa temática na escola?

Tivemos como hipótese os seguintes argumentos: a) as gestoras conhecem pouco sobre a temática de Gênero e Sexualidade e nas suas falas encontraremos um conhecimento fragmentado sobre as políticas públicas educacionais dessa temática; b) nas práticas pedagógicas encontraremos escolas sem projetos ou orientação (na temática) aos/às professores/as que trabalham nessas instituições escolares que a pesquisa adentrará.

Portanto o objetivo geral desta pesquisa foi investigar as políticas públicas educacionais no que tange aos Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade e, se há reflexos das mesmas dentro das escolas, a partir das falas da gestão educacional. O objetivo específico da pesquisa foi analisar as falas das equipes de gestão escolar sobre as políticas educacionais, voltadas para a promoção da Educação em Direitos Humanos com foco em gênero e sexualidade.

O texto foi dividido em quatro seções, na qual a primeira discorreremos sobre os direitos humanos, partindo de uma visão histórica. Ainda discutimos os direitos humanos inter-relacionados com a educação e as políticas educacionais.

Na segunda seção discorreremos brevemente sobre o que é gênero e sexualidades em uma perspectiva histórica a partir de autores como Louro (1999-2000) e Butler (2001-2010) entre outros e suas bases para um trabalho nas políticas públicas educacionais. A terceira

seção traz o caminho metodológico, o percurso, a descrição das escolas, dos/as atores e atrizes principais da pesquisa, as discussões e análises das entrevistas semiestruturadas e os debates que apareceram na pesquisa. A quarta seção são as considerações finais, uma reflexão dos resultados que emergiram da pesquisa e elas darão sinais para novas pesquisas.

Iniciaremos, como apontado anteriormente, com uma breve descrição sobre Direitos Humanos, uma vez que ele abre possibilidades imensas na literatura, que vão desde legislação, saúde, sociedade, ambiente. Mas o que nos interessa é saber como os Direitos Humanos foram construídos dentro de uma perspectiva histórica e seus entrelaçamento com às políticas públicas de educação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação partiu do seguinte problema de pesquisa: Qual compreensão das/os gestores que atuam em instituições escolares públicas sobre Direitos Humanos, Gênero e Sexualidades? Elas e eles conhecem e sabem como atuar com as políticas públicas dessa temática na escola?

Tendo como hipótese: a) as gestoras conhecem pouco sobre a temática de Gênero e Sexualidade e nas suas falas encontraremos um conhecimento fragmentado sobre as políticas públicas educacionais dessa temática; b) nas práticas pedagógicas, encontraremos escolas sem projetos ou orientação (na temática) aos/as professores/as que trabalham nestas instituições escolares que a pesquisa adentrará.

Objetivávamos investigar as políticas públicas educacionais no que tange aos Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade e se há reflexos das mesmas dentro das escolas, a partir das falas da gestão educacional. O objetivo específico da pesquisa foi analisar as falas das equipes de gestão escolar sobre as políticas educacionais, voltadas para a promoção da Educação em Direitos Humanos com foco em gênero e sexualidade.

Ao pensarmos esses objetivos fomos à pesquisa buscando encontrar mesmo que um fragmentado conhecimento por parte das atrizes principais sobre a temática da pesquisa, mas para além da proposta inicial, houve o desvelamento do pouco conhecimento sobre direitos humanos, gênero e sexualidade, com foco nos dois últimos, mas também um grande desconhecimento sobre o debate acerca das políticas públicas educacionais e a importância dessas políticas no cotidiano escolar, por parte das gestoras, e a construção dos planos municipais de educação, das redes de ensino nas quais as participantes trabalham. A pesquisa se atentou que o debate não chegou até elas de forma consistente, mas de forma fragmentada, sem a contribuição delas, o que gerou total desconhecimento e entendimento dos planos

municipais de educação. Isto significa que elas, como também professores/as, estudantes e famílias não participaram da construção desses planos, não eram parte significativa nesse processo. Nos próprios planos destas redes de ensino também não se verificou o uso dos termos gênero, sexualidade ou orientação sexual e, conseqüentemente, também não encontramos nenhum debate sobre a temática em nenhum momento, uma vez que os documentos não apontaram caminhos ou estratégias para o trabalho pedagógico com essas temáticas, que tanto são emergentes e importantes no cotidiano escolar.

Com foco na problemática da pesquisa observamos que as experiências profissionais em gestão, relatadas nas entrevistas, se sintonizavam com uma concepção de escola que reafirma as relações de gênero engessadas na manutenção de poder da heteronormatividade, deixando para fora do muro da escola a discussão sobre as vivências dissidentes, bem como também o respeito a essas mesmas, a igualdade e equidade, e como essas discussões podem influenciar nas relações interpessoais dos e das estudantes, diminuindo drasticamente as violências.

Os Direitos Humanos do século XXI apontam, entre outras temáticas, para a primazia pela equidade de gênero e liberdade da vivência de todas as formas de sexualidade e de identidades e relações de gênero. Mas ao voltarmos o olhar para estas escolas como instituição, local profícuo para debates sadios e com foco nos direitos fundamentais, nos deparamos com vários níveis de repressão e exclusão para aqueles que ousam sair das normas preestabelecidas e heteronormativas.

A pesquisa levantou, durante as discussões com as gestoras, que elas ainda utilizam fortemente dentro das instituições escolares a construção dos binários de masculino e feminino, que há diferenciação, como meninos mais fortes, meninas mais frágeis, meninas mais aptas ao português e os meninos mais aptos à matemática, impondo aos meninos e meninas, em formação inicial, que existe um *jeito* certo para se construir e se constituir

homem e mulher nesta sociedade, mostrando com esta norma que só há duas maneiras: ser menina ou ser menino, e que há diferenças entre eles e elas. Criando, assim, as marcas e expectativas de gênero que se tornam complexas e problemáticas não somente para aqueles que destoam das mesmas.

As identidades dessas crianças estão se construindo a partir de experiências de repressão, misoginia, homofobia, desigualdade etc. Dentro desse quadro a escola se posiciona bem no centro: as crianças de modo geral passam grande parte do seu tempo na instituição escolar, suas práticas muitas vezes imprimem “(...) sua marca distintiva sobre os sujeitos. Através de múltiplos e discretos mecanismos, escolarizam-se e distinguem-se os corpos e as mentes.” (Louro, 1997, p.62). A falta de reflexão e discussão sobre as relações de poder, de gênero, sexualidade etc. termina por reforçar violências tanto de gênero, como também a indivíduos LGBTT.

Há a falta de formação continuada sobre o tema para os/as profissionais que atuam na escola, que poderia ser benéfica e mediar outros processos de entendimento, de fazer, de atuar, diferentemente de como atuam tais gestoras, uma vez que as temáticas relativas a gênero e sexualidade estão presentes na escola, nas mais variadas temáticas possíveis, como homofobia, diversidade sexual, feminicídio, violência e abuso sexual, prostituição, gravidez, namoro, amizade etc. Temas tão importantes na contemporaneidade, principalmente dentro da escola, que tem na figura dos/as gestores/as um suporte quando se trata do direito de todos e todas, sobretudo no que tange ao respeito a toda diversidade presente na comunidade escolar.

Mas a pesquisa refletiu e desvelou, ao adentrar as peculiaridades dessas temáticas na vida escolar, trazidas pelas gestoras, que o trabalho é ainda pequeno, mas que deve ser muito complexo, árduo e muito intenso, começando na formação inicial e devendo estar presente em todo o trabalho da gestora, com formação continuada, com discussões sobre as temáticas

várias do contemporâneo, que surgem a cada ano. E as escolas são as primeiras a viver essas temáticas, elas não podem fugir ou fingir que elas não existem.

É preciso investir na escola e na formação dos atores e das atrizes, elementos importantes para mudanças significativas nos Direitos Humanos, para a qualidade de vida de todos/as.

Com o final da pesquisa encontramos mais perguntas que respostas, algumas questões como, quais tipos de formação (à distância/ presencial) sobre a temática estudada, podem ser interessantes a gestão e os/as profissionais da educação, como levar conhecimentos práticos sobre as questões de direitos humanos, gênero e sexualidade aos gestores/as escolares. Assim abriram-se espaços para novas pesquisas em educação.

REFERÊNCIAS

- Abdian, G. Z. Nascimento, P. H. C., & Silva, N. D. B. (2016). Desafios teórico-metodológicos para as pesquisas em administração/ gestão educacional/ escolar. *Educ. Soc.*, 37(135), 465-480.
- Andrade, M. M. (2014). A cidade das Mulheres: a questão feminina e a Polis revisitada. In P. P. A. Funari, L. C. Feitosa, & G. J. Silva, *Amor, desejo e poder na Antiguidade: relações de gênero e representações do feminino*. São Paulo: FAP-UNIFESP.
- Ariés, P. (1983). São Paulo e a carne. In P. Ariés, & A. Bejin. *Sexualidades ocidentais*. São Paulo: Brasiliense.
- Ariosi, C. M. F. (2015). Aproximações entre duas realidades distantes: participação e a qualidade da escola em foco. *Educação em Revista*, 16(2), 25-42.
- Azevedo, M. A. R., & Andrade, M. F. R. (2012). Projeto político-pedagógico e o papel da equipe gestora: dilemas e possibilidades. *INTERACÇÕES*, (21).
- Bento, B. A. M.. (2000). Os estudos de gênero na encruzilhada do universal e do particular. *Revista do Museu Antropológico*, 1(3/4), 121-146.
- _____. (2011). Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Rev. Estud. Fem.*, 19(2), 549-559.
- _____. (2014). Queer o quê? Ativismo e estudos transviados, *Rev. Cult*, (193).
- Brabo, T. S. A. M. (2005). *Cidadania da Mulher Professora*. São Paulo: Ícone.
- Brasil. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico.
- _____. (1996). *LDB. Lei 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Recuperado de < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 25 Jun. 2017.
- _____. (1997). *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, MEC/SEF.

- _____. (2001). *Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação. Recuperado de <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>> Acesso em 17/06/2017.
- _____. (2014). *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação. Recuperado de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em 17/06/2017.
- _____. (2006). *Plano nacional de educação em direitos humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO.
- _____. (1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais. Terceiro e quarto ciclo: Orientação Sexual*. Brasília: Ministério da Educação.
- _____. (2015). *Nota técnica nº 24/2015*. Brasília: Ministério da Educação. Recuperado de <http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/nota-tecnica-no-24-conceito-genero-no-pne-mec.pdf>. Acesso em: 25/07/2017.
- _____. (2009). *Plano nacional de promoção e cidadania LGBTT*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
- _____. (2003). *Plano nacional de políticas para as mulheres*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- _____. (2008). *Plano nacional de políticas para as mulheres*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- _____. (2013). *Plano nacional de políticas para as mulheres*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- _____. (2016). *Projeto de Lei do Senado, de 2016, que inclui as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o*

- “Programa ‘Escola Sem Partido’”. Brasília: Senado Federal, Congresso Nacional, Recuperado de <<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=125666>>. Acesso em: 19 nov. 2017.
- Butler, J. (2001). *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- _____. (2010). *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Candau, V. M. (1996). *Oficina Pedagógica de Direitos Humanos*. (2a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Carvalho, M. P. (2009). *Avaliação escolar, gênero e raça*. Campinas: Papyrus.
- Casassus, J. (2001). A reforma educacional na América Latina no contexto de globalização. *Cad. Pesqui.* [online], (114), 7-28. ISSN. Recuperado de <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742001000300001>>.
- Chizzotti, A. (2006) *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Colling, L. (2016). O que temem os fundamentalistas? *Cult*, (217).
- Comparato, F. K. (2007). *A afirmação histórica dos direitos humanos*. (5a ed.). São Paulo: Saraiva.
- Costa, A. P. (2009). *As concepções de um grupo de alunas do curso de Pedagogia: uma análise a partir do recorte de gênero*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil.
- Cunha, L. A. (1995). Educação Pública: os limites do estatal e do privado. In R. P. Oliveira (Org.). *Política educacional: impasses e alternativas*. São Paulo: Cortez.

Cury, C. A. J. (2002). Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença.

Cadernos de pesquisa, (116), 245-262.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral das Nações

Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em:

<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf> . Acesso em: 20 jun. 2017.

Dornelles, J. R. (2007). *O que são Direitos Humanos?*. (Coleção Primeiros Passos, v. 229).

São Paulo: Brasiliense.

Freire, P. (2002). *Pedagogia da autonomia*. (6a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Foucault, M. (1986). *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense.

_____. (2010). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.

_____. (2011). *História da sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo: Graal.

Guimarães, E. F. (2010). Democracia, Direitos Humanos e gênero. *ORG & DEMO*, 1(2), 95-112.

Grossi, M., P. (1998). Identidade de gênero e sexualidade. *Antropologia em 1ª mão*.

Guimarães, L. D., & Vieira, A. L. B. (2012). O ideal de cidadania na sociedade da Atenas Clássica. *Revista Mundo Antigo*, 1(2).

Heilborn, M., L. (1999). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar.

Heywood, A. (2010). *Ideologias políticas: do feminismo ao multiculturalismo*. (1a ed.). São Paulo: Ática.

Jacomini, M. A; & Penna, M. G. O. (2016). Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional. *Pró-posições*, 27(2), 177-202.

King, H. (1998). Preparando o terreno: sexologia grega e romana. In: R. Porter, & M. Teich. *Conhecimento sexual, ciência sexual: a história das atitudes em relação à sexualidade*. São Paulo: UNESP.

- Lankshear, C., & Knobel, M. (2008). *Pesquisa pedagógica: do projeto à implementação*. Porto Alegre: Artmed.
- Lei nº 6232, de 28 de outubro de 2015. (2015, 28 de outubro). Estabelece o Plano Municipal de Educação. Lins: Conselho Municipal de educação. Recuperado de https://docs.wixstatic.com/ugd/890b89_9f029a5c27534d19b9a839a2247d1a0d.pdf. Acesso 15 de ago. 2017.
- Leite Junior, J. (2012). Transitar para onde?: monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. *Revista Estudos Feministas*, 20(2), 559-568.
- Louro, G., L. (1999). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva Pós-estruturalista*. (3a ed.). Petrópolis: Vozes.
- _____. (2009). Pensar a sexualidade na contemporaneidade. *Sexualidade*. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Curitiba: SEED – Pr.
- Loyola, M., A. A. (1999). Sexualidade como objeto de estudo das ciências humanas. In M. L. Heilborn. *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lüdke, M., & André, M. E. D. A. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Maciel, T. S, Silva, M. E. F., & Brabo, T. S. A. M. (2017). Desafios à educação aos “novos” direitos humanos: a construção da categoria de gênero junto aos movimentos feministas e LGBTT. *Intinerarius Reflections*, 13(12).
- Miskolci, R. (2015). *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. (2a ed.). Belo Horizonte: Autentica, UFOP.
- Miskolci, R., & Campana, M. (2017). “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, 32(3), 725-747.

- Moraes, M. (2002). *Ser Humana: quando a Mulher está em discussão*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Nascimento, A. (2013). Filosofia e educação em direitos humanos fundamentação teórica. In J. P. Gutierrez, & A. H. A. Urquizan. *Direitos humanos e cidadania: Desenvolvimento pela educação em direitos humanos*. Campo Grande: UFMS.
- Nye, A. (1995). *Teoria feminista e as Filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Record.
- Oliveira, D. A. A. (2001). Gestão democrática da educação no contexto da reforma do estado. In N. S. C. Ferreira, *Gestão da Educação: Impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2001.
- Pinto, C. R. J. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Regimento escolar*. (2016). Estabelece o Regimento Escolar do Ensino Fundamental no município de Lins. Lins: Secretaria Municipal de Educação. Recuperado de https://docs.wixstatic.com/ugd/890b89_6b7ee223002046b392219c6dc4d709b7.pdf. Acesso em 15 de ago. 2017.
- Reis, T., & Eggert, E. (2017). Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educ. Soc*, 38(138), 9-26.
- Revel, J. (2005). *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz.
- Ribeiro, P., R. M. (2005). A sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. In A. C. Bortolozzi, & A. F. Maia, *Sexualidade e infância*. Bauru: FC/CECEMCA; Brasília: MEC/SEF.
- Rosemberg, F. (2001). Políticas educacionais e gênero: um balanço dos anos 1990. *Cadernos Pagu*, (16), 151-197.
- Roseno, C. P., & SILVA, J. G. F. (2017). Políticas públicas educacionais em gênero e diversidade sexual: Atos de resistência diante do avanço do conservadorismo do

- movimento “Escola Sem Partido”. *Rev. Itinerarius reflectionis*, 13(2).
- Sacavino, S. B. (2009). *Democracia e educação em Direitos humanos na América Latina*. Petrópolis: DP et Alii: De Petrus.
- Santos, W.B. (2015). *Adolescência heteronormativa masculina: entre a construção obrigatória e a desconstrução necessária* (Coleção Entregêneros). São Paulo: Intermeios.
- Secretaria Municipal de Educação de Lins. (2016). *Diretrizes Curriculares para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 1º ao 5º ano* (Versão preliminar). Lins: Secretaria Municipal de Educação. Recuperado de https://docs.wixstatic.com/ugd/890b89_228656b0353d43969ef94221853c1ab2.pdf. Acesso em 15 de ago. 2017.
- Scott, J. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 16, 5-22.
- UNESCO. Conferência mundial sobre educação para todos: provendo serviços as necessidades básicas de educação. *Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem* Jomtiem, Tailândia, 1990. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>.> Acesso em: 17 jun.2017.
- Vianna, C., & Ridenti, S. (1998). Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito. In J. G. Aquino, *Diferenças e preconceito na escola: Alternativas Teóricas e Práticas*. (2a ed). São Paulo: Summus.
- Vieira, S. I. (1995). Neoliberalismo, privatismo e educação no Brasil. In R. P. Oliveira (Org.). *Política educacional: Impasses e alternativas*. São Paulo: Cortez.
- Viola, S., E. A. (2010). Políticas de Educação em Direitos Humanos. In A. M. M. Silva, & C. Tavares, *Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos*. São Paulo: Cortez.

Weeks, J. (2001). O corpo e a sexualidade. In G. L. Louro, *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica.

Werle, F. O. C., Thum, A. B., & Andrade, A. C. (2008). O Sistema de ensino e suas implicações para atuação do conselho municipal de educação. *RBPAAE*, 24(1), 79-109.

Ximenes, S. (2016). O que o direito à educação tem a dizer sobre “Escola Sem Partido”? In Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). *A ideologia do movimento “Escola Sem Partido”: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa.